

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Nicolas Vicente Amorim do Nascimento

PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL (ProInfo):

ANÁLISE DA TRAJETÓRIA

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.

Nicolas Vicente Amorim do Nascimento

PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL (ProInfo):
ANÁLISE DA TRAJETÓRIA

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Gestão em Saúde

Orientadora: Páulea Zaquiui Monteiro Lima

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
1 - INTRODUÇÃO.....	5
2 - OBJETIVOS.....	8
3 – JUSTIFICATIVA	8
4- METODOLOGIA	9
5 -TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO.....	9
5.1 – CONTEXTO HISTÓRICO	11
6 - O PROINFO	13
7 – COMPARAÇÃO DOS ARQUIVOS JURÍDICOS	16
8 – CONCLUSÃO	17
9 - REFERÊNCIAS	21
ANEXOS	23

RESUMO

O tema foi escolhido a partir de busca preliminar sobre a existência de programa de política pública que incentivasse o uso de tecnologias digitais na rede pública de ensino. Desta forma, tomei conhecimento do programa do MEC para a implementação de informática nas escolas: o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) que, desde sua criação, em 1997, teve como meta principal a promoção do uso de tecnologias de informática e telecomunicações como ferramenta pedagógica nas escolas de ensino fundamental e médio. Em uma revisão do Programa, em 2007, a Presidência da República, por meio do Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, elaborou novas diretrizes para o ProInfo e esse passou a se chamar Programa Nacional de Tecnologia Educacional. O objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso foi analisar a trajetória do ProInfo no MEC, identificando continuidades ou mudanças que o Programa sofreu analisando as duas fases, desde variações na nomenclatura, objetivos e metas, assim como sua localização em diferentes Secretarias. É importante ressaltar que esta monografia foi iniciada em 2019, portanto antes da pandemia de Covid-19, do período de isolamento social e das discussões emergenciais sobre a apropriação e uso de tecnologias digitais em processos educativos decorrentes do chamado ensino remoto emergencial.

Palavras-chaves: ProInfo; tecnologias educacionais; tecnologias de informação e comunicação; tecnologias digitais; inclusão digital.

1. INTRODUÇÃO

Considerando que processos inovativos e a incorporação de novas tecnologias sempre fizeram parte da vida humana, isso não seria diferente no ambiente escolar, ou nos processos educacionais. Avaliar, refletir, buscar novos caminhos, imaginar e criar objetos e, por fim, incorporar esses resultados à vida social fazem parte da história. Mas como tem sido o acesso a essas novas tecnologias? No Brasil, no caso das escolas, o acesso às tecnologias digitais tem sido realizado de forma universal? Há programas ou políticas públicas que têm como objetivo a “popularização” das novas tecnologias educacionais nos espaços escolares? Foram essas inquietações que de certa forma deram início a esse trabalho.

Neste século XXI, estamos em contato com inúmeras transformações impulsionadas por avanços tecnológicos e a apropriação de novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) pela sociedade, nos seus variados usos, que também trazem reflexos para o espaço escolar. E, nesse sentido, considerando o ambiente escolar, chama atenção as discussões, programas e projetos que buscam garantir a inclusão digital, que tanto pode ser avaliada como processo valoroso de garantia de acesso ao conhecimento produzido, ou ainda como possível mediador nos processos pedagógicos.

No Brasil, associar tecnologia digital ao espaço escolar tem sido pensado, ao menos, desde a década de 70. Estudos com vistas à melhoria dos processos educacionais mediados pelas tecnologias digitais foram inicialmente realizados em três principais universidades, são elas: Universidade de São Paulo (USP de São Carlos) para estudos de física; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para estudos de química e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Mas foi a partir da década de 80 que o assunto começou a ser pensado como política pública. Data de 1983 a criação do Programa EDUCOM e de 1989 a criação do PRONINFE (Programa Nacional de Informática Educativa).

O programa EDUCOM, foi criado com o intuito de implantar centros-piloto em universidades públicas para ser usado como pesquisa no uso de informática educacional,

dando margem para a capacitação de recursos humanos e dando início para elaborações de políticas no setor (TAVARES, 2009).

Por sua vez, o PRONINFE possuía um modelo funcional e geograficamente descentralizado, sua funcionalidade era distribuída através de centros de informática na educação, localizados em todo o país. Todos eles trabalhavam de forma que tivessem um apoio mútuo para divulgação e análise dos projetos educacionais, de seus objetivos e seus resultados (TAVARES, 2009).

A década de 90, marcada pelo período de redemocratização do país, mas também pelo fortalecimento de políticas neoliberais, no campo das novas tecnologias educacionais, foi marcada pela elaboração e institucionalização do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) conduzido, naquela época, pela Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação.

Seguindo o breve histórico, em 2007 o Mec faz uma revisão do Programa e o reedita com o nome de Programa Nacional de Tecnologia Educacional.

Importante destacar que ao mesmo tempo que as políticas educacionais procuram difundir o uso das tecnologias nas escolas, no Brasil, como tem sido apontado, essas políticas têm sido pensadas em consonância com as orientações dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Estes afirmam a positividade e a necessidade urgente do uso de tecnologias na escola para melhorar a aprendizagem dos alunos.

No caso do PROINFO, em nosso entendimento, as instâncias participantes em seu campo de ideias fluidas – como o Banco Mundial (patrocinador do programa), a empresa Transnacional Microsoft Windows, o Ministério da Educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, as Secretárias de Educação dos Estados e Municípios, os educadores e especialistas em informática e telecomunicações e, ainda, as universidades e grupos populares-, influenciam fortemente seu desenho institucional. (Gomes, Santos e Medeiros,2021)

Concomitante a discussão da elaboração de políticas públicas nessa área, a democratização do acesso às tecnologias digitais, segundo Costa (2015), tem forte expressão nos últimos vinte anos, no Brasil, por meio de programas sociais do governo. “Esses programas levam as tecnologias para perto da população menos favorecida deixando de ser um privilégio de poucos” (p.53).

Sobre o número de publicações que abordam o assunto no Brasil, esse tem sido cada vez mais expressivo. Desde publicações que destacam o uso de computadores como recursos pedagógicos necessário, passando por sua utilização para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, até publicações que discutem o uso de computadores nas escolas considerando os riscos de mal desenvolvimento da escrita, falta de habilidade social, insegurança das informações entre outras questões.

Nesse contexto há uma diversidade de opiniões que podem, inclusive, serem bastante divergentes, como por exemplo a posição de Valente (s.d.) que caracteriza o computador como uma espécie de máquina de ensinar: “Quando o computador ensina o aluno, o computador assume o papel de máquina de ensinar e a abordagem educacional é a instrução auxiliada por computador” (p.2). Já Altoé & Fugimoto (2009) destacam que “a inserção das tecnologias na educação coloca em xeque o modelo de educação fundamentado em teorias de ensino e de aprendizagem tradicional”. Um ponto de vista apresentado tem sido que mudanças são necessárias na formação dos professores de modo que sejam preparados para incorporação das tecnologias nas práticas pedagógicas.

“Dando caracterização à literatura nacional, buscou-se pesquisa em relação à palavra “Proinfo” no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Capes, no período de 2002 e 2017, com apresentação de 230 trabalhos realizados, enquanto que, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD, utilizou-se a mesma palavra-chave e houve um retorno de 145 Teses e dissertações registradas entre o período de 1999 a 2017”. (Carvalho e Sampaio, 2019)

No que diz respeito à esfera político-prática educacional, ao longo dos últimos 25 anos vários programas vêm sendo desenvolvidos sendo, a nível federal, o de mais longa duração o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), objeto de estudo desta monografia.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar a trajetória do Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo/MEC.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar as continuidades e mudanças ocorridas entre o lançamento do Programa em 1997 e sua atualização em 2007, desde variações na nomenclatura, objetivos e metas, assim como sua localização em diferentes Secretarias.
- Contextualizar o uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação no ambiente escolar.

3. Justificativa

O tema foi escolhido em função da relação de proximidade que os jovens têm, e me incluo aí, com as tecnologias e de certa dependência que desenvolvemos. Observo que muitos usam tais recursos como auxílio para entender alguns conteúdos para além da sala de aula. Diante disso, procurei saber se havia algum projeto de interação dos processos educacionais com a tecnologia, principalmente na rede pública de ensino. Com essa busca inicial descobri o ProInfo e me deparei com um programa governamental que prometia o que eu achava ser necessário aos processos de ensino-aprendizagem.

4. METODOLOGIA

O presente estudo, de caráter qualitativo, foi estruturado a partir da análise da Portaria n°522, de 9 de abril de 1997 e do Decreto n°6.300 de 12 de dezembro de 2007, tendo ambos como objeto o ProInfo. O primeiro documento tratando de sua criação, e o segundo, de sua reestruturação.

Com o objetivo de subsidiar as análises, foram realizados estudos de revisão de bibliografia a partir das palavras-chaves: Tecnologias de Informação e Comunicação; Tecnologias Digitais; Tecnologias Educacionais; Inclusão digital; e ProInfo.

Entre as perguntas-chave desse trabalho estão: Quais as diferenças apresentadas entre as duas versões do Programa? Será que os objetivos foram ampliados ou houve uma mudança de foco? Será que o fato de estarem alocadas em Secretarias diferentes nas duas fases implicou em menor ou maior importância em termos de programa da política educacional? Como está a implementação do programa na atualidade?

5. TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

A utilização do computador na escola e a afirmação de que ele é uma ferramenta importante para o processo de ensino e de aprendizagem tem aparecido em muitos trabalhos (ALTOÉ & FUGIMOTO, 2009).

A entrada dos artefatos tecnológicos no mundo educacional tem como objetivo incentivar professores e profissionais da área para auxiliar nos meios de ensino e buscar com que os estudantes pudessem, com o auxílio dos professores, enxergar a tecnologia como um meio facilitador para aprender. Isto requer, por parte dos professores, uma análise e uma reflexão sobre suas ações que podem levar a mudanças em suas práticas pedagógicas, impondo novas conformações à tarefa de ensinar e aprender.

Com essa mudança na forma de educar, não só os alunos, mas também todos os profissionais que exerçam a função de educador, precisam passar por processos de formação ou capacitação para o manuseio das ferramentas recém-chegadas ao mundo educacional e para saber criar formas de utilizá-los com criatividade na hora de ensinar.

Valente (1999, p.166-7) reforça o fato de que a introdução da informática na educação requer uma proposta de mudança pedagógica: *“O computador é um recurso que possibilita a aprendizagem, porém é necessário repensar a questão da organização da escola, inclusive da preparação do professor para realizar um trabalho diversificado com o objetivo de promover o conhecimento do aluno”*.

Outra questão que também é abordada nas discussões sobre esse processo de preparação dos profissionais da educação é que mesmo que eles tenham acesso a processos formativos que abordem a inclusão digital, a tecnologia continua avançando e seus saberes sobre ela nem sempre conseguem acompanhar seu desenvolvimento considerando nesse caso a importância de processos de permanente formação.

Costa (2015, p. 55), citando Moran (1998), observa que ao mesmo tempo em que se tem tantas tecnologias disponíveis, há o desafio concreto de *“encontrar o ponto de equilíbrio entre o deslumbramento e a resistência a mudanças, tão comum entre vários educadores”*. Costa prossegue: *“as políticas públicas proporcionam as tecnologias ao alcance de um número significativo de pessoas, mas estas terão que ser capacitadas, pois precisam saber transitar por essas tecnologias”*.

A incorporação de novas tecnologias por vezes é bastante contraditória, como podemos observar como na época da revolução industrial; já que enquanto uns achavam uma maravilha ter máquinas para fazer os serviços e assim poder produzir mais e por consequência lucrar mais, outros viram a tecnologia como inimiga por terem perdido seus postos de trabalho para máquinas.

No entanto, como também é de fácil observação, ao longo dos anos a tecnologia se tornou algo almejado pela grande maioria das pessoas e as expectativas para um mundo cada vez mais tecnológico só aumenta e o uso de tal ferramenta no meio educacional não fica de fora desse desejo compartilhado por muitos.

5.1 CONTEXTOS HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Desde os meados da década de 70 crescia no país um movimento crítico que desejava reivindicar as mudanças no sistema educacional, onde defendia a educação pública e gratuita como direito de todos garantidos pelo estado e a erradicação do analfabetismo junto com a universalidade da escola pública. Também foi nessa época que, em algumas universidades brasileiras, começaram os primeiros projetos que buscavam utilizar dos computadores para auxiliar no entendimento de algumas matérias.

A reforma da política educacional ganhou forças graças a crise do bem-estar onde no mundo todo foi feita uma reordenação das políticas sociais, forçado pelo contexto de descentralização do estado e dos critérios de eficiência, qualidade e transparência das ações do governo com a população.

Com isso foi implementado também ferramentas de avaliações de eficiência dos alunos, profissionais e das instituições de ensino, como demonstração das parcerias feitas entre o estado e a sociedade. No entanto, uma das questões desse processo foi que muitas das propostas trazidas não faziam jus as reais necessidades que já eram apresentadas.

Quando entramos na década de 90 a reforma começou a ser vista como uma política educacional governamental legítima, e sendo considerada uma espécie de “revolução copernicana” da educação brasileira, fazendo com que sua materialização fosse por meio de legislação, financiamentos de programas governamentais e uma série de ações não governamentais que se envolveram em participações de fóruns, usando então a exploração midiática das iniciativas educacionais. Dentre elas várias outras iniciativas foram marcadas pela presença e orientações de intelectuais, junto com organismos nacionais tanto como internacionais.

No mesmo período em que essa revolução na educação começou quem governava no país era Fernando Henrique Cardoso (FHC), que teve um governo influenciado pela instauração da política neoliberal e pelas participações de organizações multilaterais para a definição das novas políticas educacionais. Isso tudo levou o país a tomar uma posição de competitividade e a usar como estratégia para a ascensão do país na agência global.

Como é possível observar, o contexto histórico em que se iniciou as especulações sobre a inserção da tecnologia no meio educacional, em larga escala, era de um momento de revoluções no meio político de ideologia neoliberal.

[...] Os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral. Os textos políticos, portanto, representam apolítica. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios. Eles podem usar os termos-chave de modo diverso. A política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção. Os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos contem-me para controlar as apresentações da política. (BOWE; BALL; GOLD, 1992, p.21, apud Gomes, Santos e Medeiros, 2021. p. 1647-1661).

Ainda para efeito de exemplificação, citamos outro aspecto relacionado ao ProInfo quando se aproxima do contexto de influência. A aquisição de computadores compatíveis como IBM/Microsoft, com seu padrão de hardware e software, além de caracterizar o sistema educacional por meio de suas interfaces, influência milhares de alunos, professores e sociedade em geral a manter o padrão de consumo desse mesmo produto, pois, considerando que a imersão dos sujeitos no mundo da informática foi permeada pelo referido sistema, espera-se que os mesmos se tornem consumidores de hardwares e softwares da empresa norte-americana em seus computadores pessoais, por exemplo (CASTRO,2011, apud Gomes, Santos e Medeiros, 2021. P. 1647-1661).

Naquele momento, pretendia-se iniciar o processo de universalização do uso de tecnologia de ponta no sistema público de ensino. Importante também destacar que, naquele momento, os desafios da educação no Brasil ainda eram muitos, entre eles os relacionados à infraestrutura escolar. Que muitos deles permanecem até os dias atuais.

Estudo realizado por Schneider, Galloti e Alves (2020) com base nos dados do Censo Escolar/Inep 2019 indicam que das 139,2 mil escolas públicas existentes no país, que atendem a 38,7 milhões de estudantes entre crianças, jovens e adultos, representando 81% das matrículas na educação básica, 3,1 mil sequer funcionam em prédio escolar, apenas 42% dessas escolas possuem bibliotecas, 19% possuem Laboratório de Ciências e 44% possuem Laboratório de Informática. Sobre o acesso à Internet de Banda Larga, 82% das escolas, a nível nacional, indicaram essa condição; índice muito superior aos listados acima, mas que, no entanto, merece muitas considerações. Iniciando pela análise desse indicador não a nível nacional, mas por estado ou região. Diferente dos estados das regiões sul, sudeste e centro-oeste, que apresentam seus índices todos superiores aos 80%, chegando na maioria desses estados a índices em torno dos 90%, o acesso à internet de banda larga nos estados das regiões norte e nordeste apresentam índices significativamente menores. Sendo que em 3 estados da região norte e 1 da região nordeste esses índices estão na casa dos 50%, e considerando as duas regiões 8 estados estão com índices entre 70% e 80%, e somente 3 estados dessas duas regiões apresentam indicadores superiores aos 80%, ganhando destaque o estado do Tocantins com 93% das escolas públicas com internet de banda larga.

6. PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL (ProInfo)

O principal programa nacional vigente para a implementação de informática nas escolas é o Programa Nacional de Tecnologias Educacionais (ProInfo) que, desde sua criação em 1997, teve como meta principal a promoção do uso de tecnologia digital como ferramenta pedagógica nas escolas de ensino fundamental e médio.

Esse programa é uma política pública de governo, criado pelo Ministério da Educação, definido, no site do próprio MEC, como “um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica”, levando às escolas “computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais”.

É importante ressaltar que antes do ProInfo outros programas já haviam sido implantados. Nos anos de 1980, o projeto EDUCOM foi o primeiro projeto público que tinha como uma de suas metas desenvolver a pesquisa do uso educacional da informática

e investigar se o recurso da informática oferecido ao aluno melhoraria sua aprendizagem. Outra meta “era levar os computadores às escolas públicas, para possibilitar as mesmas oportunidades que os particulares ofereciam a seus alunos” (TAVARES, 2009, p. 2).

Com base no projeto EDUCOM, e em outros projetos decorrentes e apoiados por ele, o governo federal lançou, em 1989, o PRONINFE (Programa Nacional de Informática Educativa), cuja meta era “desenvolver a informática educativa no Brasil, através de projetos e atividades apoiados em fundamentação pedagógica sólida e atualizada, assegurando a unidade política, técnica e científica” (TAVARES, 2009, p.6). Tinha uma composição de núcleos, distribuídos por todo o país e o foco na capacitação contínua e permanente dos professores. Este projeto serviu de base para a criação do ProInfo, abordado a seguir.

Em 1997, o Ministério da Educação e Desporto, por meio da Portaria n° 522, de 9 de abril de 1997, deu início a criação do ProInfo. Com o intuito de disseminar para todas as escolas públicas de ensino fundamental e médio, o uso das tecnologias de informática e telecomunicações pertencentes somente as redes estaduais e municipais. Como previsto no seu ART. 1°.

“Diante da necessidade de inserir a escola na nova dinâmica da sociedade contemporânea, mediada pela cultura digital em rede, políticas educacionais foram realizadas e formuladas para serem atuadas por docentes, tencionando contribuir com o processo educativo. Surge, nessa conjuntura, em 1997, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), por meio da Portaria n°522. A sua proposta apresenta, enquanto finalidade, a constituição de ambientes educacionais utilizando artefatos tecnológicos, como recurso potencializador em práticas de ensino-aprendizagem.” (Gomes, Santos e Medeiros, 2021. p. 1647-1661).

Em 2007, a Presidência da República, por meio do Decreto n° 6.300, de 12 de dezembro de 2007, elaborou novas diretrizes para o ProInfo, que inclusive passou a se chamar Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Segundo o decreto em seu Art. 1° “executado no âmbito do Ministério da Educação, promoverá o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica”. Os objetivos apresentados são:

I - promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;

II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;

III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;

IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;

V - contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e

VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais.

Tavares (2009) ressalta que tanto o EDUCOM quanto o PRONINFE e o ProInfo têm em comum uma dimensão importante que é a capacitação dos professores, dando a eles capacidade de exercer suas funções de acordo com as mudanças sociais causadas pelos avanços tecnológicos que os impõe a aprender e criar a novos métodos de ensinar.

Para conseguir fazer a adesão ao programa, independente do local, seja rural ou urbano, o município deve realizar o cadastro das unidades escolares desejadas e passar por uma seleção. Em sua primeira etapa, o município deve ter um compromisso com as diretrizes do ProInfo e é imprescindível locais para os laboratórios. Após isso, é necessário que o prefeito se cadastre no sistema para que seja possível a inclusão das escolas no programa.

7. COMPARAÇÃO DOS ARQUIVOS JURÍDICOS

Com a realização de uma análise comparativa entre a portaria de 1997 e o decreto de 2007, conseguimos ver a discrepância de importância dada ao ProInfo. Essa diferença já pode ser vista a partir do momento em que a portaria não expõe nenhuma das metas desejadas com a aplicação do programa.

Na portaria criada em 1997 o objetivo era levar o programa apenas para as escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal. Dessa forma, as escolas federais não estariam inclusas no programa. O que por outro lado foi 'garantido no decreto de 2007, onde prevê que todas as escolas públicas do país pudessem ter acesso ao programa.

Há também a mudança na forma de como seria exercido o domínio sobre o ProInfo quando estivesse operando, se seria um programa onde tivesse uma origem centralizada ou não. De acordo com a Portaria N°522, sua origem seria descentralizada e se formos analisar o contexto político da época, podemos ver que estávamos num governo neoliberal. Na portaria a descentralização está voltada para as decisões e fundos de verbas. Já na mudança para o decreto, as decisões continuam de forma descentralizada, porém seu fundo de verbas passa a ser de responsabilidade do Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE

A diferença de objetivos primários para com o uso das tecnologias no meio educacional já começa quando a portaria n°522 de 1997, tem como objetivo de entrada mudar toda a estrutura de ensino de uma só vez. Quando o decreto n°6.300 de 2007, busca essa transformação gradualmente de acordo com que as escolas consigam evoluir seus métodos de ensino e aprendizagem. No decreto de 2007 podemos ver palavras que nos fazem entender essa nova fase como algo auxiliador e de relevância maior quando se trata da melhora do ensino. Palavras como: fomentar, promover, contribuir, viabilizar, incentivar e assegurar; são encontradas diversas vezes no decreto de forma que nos indica e transmite uma garantia de autonomia para o desenvolvimento do projeto político pedagógico individual de cada escola.

Outro aspecto muito importante e que trouxe um grande diferencial para a execução do projeto, foi a mudança da secretaria responsável e as ações que elas exerceriam sobre ele. Na portaria de 1997, a secretaria responsável pelo desenvolvimento

da implementação nas escolas era a Secretaria de Educação a Distância em conjunto com o as secretarias de educação do Distrito Federal e as dos estados e municípios das escolas que estivessem no processo de implementação.

Com a mudança do projeto em 2007, o Ministério da Educação e o fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE receberam a responsabilidades despesas através de suas dotações já existentes. O Ministério da Educação ficou responsável também por coordenar a implementação dos ambientes tecnológicos e executar as avaliações do programa. No caso da dotação orçamentária, como era feito em 1997.

8.CONCLUSÃO

Para iniciarmos a discussão da conclusão, que apesar do grande número de publicações sobre o ProInfo, há pouca informação no site do MEC. No 2º. semestre do ano de 2021, quando retornamos ao site oficial para conferir e ter acesso a novos dados, nos surpreendemos com o fato de que o conteúdo estava ainda mais restrito e sintético. Diante desse contexto, como forma de construir caminhos que nos permitissem investigar o Programa, além do site oficial do MEC, essa pesquisa teve como objetos a Portaria nº522 de abril de 1997 e no Decreto N° 6.300 de dezembro de 2007.

O ProInfo é caracterizado por duas etapas sendo a segunda iniciada em 2007. Na década de noventa, as ambições postas por trás de sua implementação estavam voltadas para o uso da tecnologia como ferramenta principal e fundamental nas escolas brasileiras, a fim de fazer com que todas elas tivessem os equipamentos e os estudantes fossem formados com a capacidade de manejo das máquinas de forma que já pudessem sair operantes e prontos para entrar em empregos que estivessem ligados ao manuseio de tal maquinário. Assim ignorando se sua formação acadêmica seria afetada ou não.

Em sua segunda fase de amadurecimento, o ProInfo obteve uma mudança significativa voltada para o uso da tecnologia de forma auxiliadora e não principal. Dessa forma, o programa passou a ser pensado de forma que pudesse ajudar os estudantes a terem sua formação mais completa e com resultados mais gratificantes ao final de sua jornada estudantil.

Com a realização dessa pesquisa e as experiências vividas e presenciadas na época de pandemia, consegui observar que o uso de tecnologia no meio educacional não garante um processo formativo de qualidade, e está longe de ser considerado a solução para os problemas da educação. Mesmo que a grande maioria das pessoas utilizem diariamente a tecnologia como um facilitador nas tarefas diárias, em trabalhos que antes exigiam muito do corpo ou até mesmo da mente, e de atividades que muitas vezes poderiam ser perigosas, a tecnologia no meio educacional não pode e não deve ser usado como um substituto do professor ou como a única ferramenta de mediação do trabalho docente.

Como um dos milhares de estudantes de ensino público do país, que passou pelo processo obrigatório e intenso de migração do ensino tradicional para o ensino com o uso indispensável da tecnologia digital e a distância, tenho como experiência, uma má avaliação dessa tecnologia como ferramenta fundamental. De forma completamente oposta do que eu imaginava, a tecnologia por si só não chega a ser um por cento da solução ou o agente facilitador do ensino-aprendizagem. Totalmente o contrário do que esperava, a utilização da tecnologia como ferramenta necessária e insubstituível no processo educacional, me fez perceber a importância do contato aluno- professor.

A utilização das tecnologias digitais deve ser feita de modo equilibrado, onde nenhum computador possa substituir qualquer função do professor por completo. O conceito ideal de uma utilização saudável dessa tecnologia no ambiente escolar deve ser de ferramenta facilitadora, sem levar qualquer importância fundamentalista durante todo esse processo, ou seja, a tecnologia digital não deve se considerada como indispensável. No entanto, como processo necessário de acesso à informação, produção do conhecimento e desenvolvimento socioeconômico na contemporaneidade, que, sem dúvida, exige a inclusão digital, é importante destacar que todos possam ter a oportunidade de ter um acesso garantido às tecnologias digitais com segurança e equilíbrio.

Nesse sentido, ao falarmos de segurança, destacamos a possibilidade de auxílio aos estudantes na busca por sites com informações verídicas, que eles possam receber informações que os protejam do acesso a sites com conteúdo impróprio, que eles dominem técnicas que os protejam do risco de vírus, ou que seus dados pessoais sejam roubados. Para o equilíbrio, esperamos que os estudantes saibam como usar os equipamentos sem prejuízos à saúde considerando entre os prejuízos os riscos físicos e psíquicos.

Concluindo esse trabalho, trazemos uma análise dos dados de infraestrutura das escolas públicas do país conforme Quadro 1. Há ainda uma grande diferença de escolas na infraestrutura das escolas, estando algumas delas muito precárias, inclusive quando destacamos a presença ou ausência de laboratórios de informática e da internet de banda larga.

Quadro 1 – Infraestrutura disponível nas escolas públicas de educação básica

Infraestrutura disponível nas escolas públicas de educação básica por estado da federação, Brasil, 2019.						
Região	UF	Biblioteca	Lab. Informática	Lab. ciências	Sala Professor es	Internet Banda Larga
Norte	AC	10%	12%	5%	28%	77%
	AM	59%	22%	9%	35%	59%
	AP	45%	29%	11%	38%	54%
	PA	35%	18%	8%	34%	55%
	RO	51%	38%	21%	74%	85%
	RR	51%	32%	14%	46%	60%
	TO	54%	32%	8%	74%	93%
Nordeste	AL	35%	31%	12%	47%	74%
	BA	33%	25%	8%	40%	78%
	CE	49%	46%	19%	60%	79%
	MA	26%	15%	4%	29%	53%
	PB	41%	40%	15%	40%	73%
	PE	55%	28%	18%	46%	77%
	PI	32%	28%	7%	46%	70%
	RN	53%	41%	17%	48%	74%
Sudeste	SE	32%	31%	10%	37%	82%
	ES	48%	43%	33%	69%	89%
	MG	68%	62%	26%	72%	90%
	RJ	46%	64%	33%	72%	90%
Sul	SP	13%	77%	23%	81%	83%
	PR	55%	63%	55%	86%	92%
	RS	65%	66%	35%	72%	89%
Centro-Oeste	SC	48%	65%	21%	78%	89%
	GO	53%	60%	15%	79%	89%
	DF	26%	71%	36%	99%	98%
	MS	38%	79%	22%	92%	91%
Brasil	MT	55%	59%	13%	79%	84%
		42%	44%	19%	59%	82%

Fonte: elaborada com base nos resultados pelo SimCAQ gerados com microdados Censo escolar/Inep 2019.

Nota-se inclusive que, estados onde a internet de banda larga e a presença de laboratórios de informática fossem mais necessários, o que temos são números muito insuficientes como é o caso dos estados da Região Norte. A região nordeste apesar de ter em suas escolas uma alta presença de internet de banda larga, o mesmo não ocorre com a presença de laboratórios de informática tendo os estados como Alagoas, Bahia,

Maranhão, Piauí e Sergipe com baixos índices o que nos leva a perguntar o porquê, depois de quase 25 anos de implementação do ProInfo, esses números ainda são tão baixos. Concluindo, retiramos um breve relato de uma pesquisa que teve como foco a implementação do ProInfo no estado de Roraima.

“Ao analisarmos o caminho percorrido pelo NTR/RR, os resultados mostram algumas limitações elencadas como responsáveis pelo baixo funcionamento do programa, como a escassez e a descontinuidade de recursos financeiros para a manutenção dos equipamentos e aquisição de materiais suplementares; incompatibilidade da estrutura física da escola com o programa; rotatividade dos professores treinados para serem lotados nos laboratórios de informática das escolas; qualidade da internet; aulas não planejadas dentro do contexto midiático, por insegurança pessoal do docente ou por falta de orientação dos setores pedagógicos das escolas; e despreparo dos profissionais da educação quanto ao uso das ferramentas digitais.”(Análise sobre o Proinfo a partir de uma perspectiva bibliográfica Franco de Assis Lima Carvalho (1) e Ana Patrícia Lima Sampaio (2), Revista Sítio Novo – Instituto Federal Tocantins,2019).

9.REFERENCIAS

ALTOÉ, Anair; FUGIMOTO, Sonia M.A. Computador na educação e os desafios educacionais. IX Congresso Nacional de Educação – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, PUC-PR, 2009.

Disponível em http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/1919_1044.pdf. Acesso em dez/18.

COSTA, Lucia Margarete Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) – Expansão, democratização e inserção das tecnologias na rede pública. *Quanta – Comunicação e Cultura*, v. 1, n. 1, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO O computador na sociedade do conhecimento. Disponível em <http://usuarios.upf.br/~teixeira/livros/computador-sociedade-conhecimento.pdf>. Acesso em nov/2018.

[PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Decreto N^o 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. Disponível em \[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm\). Acesso jan/19.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm)

SILVA, Ângela C. Educação e tecnologia: entre o discurso e a prática. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 527-554, jul./set. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n72/a05v19n72.pdf>. Acesso em nov/2018.

VALENTE, J.A. Diferentes usos do computador na educação. Disponível em http://www.nce.ufrj.br/ginape/iga502/Material_aulas/Diferentes%20usos%20do%20computador%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso jan/2019.

Programa Nacional de Tecnologia Educação-PROINFO: pensar a política educacional para além da implementação na escola pública.

Roberta Mirnas de Oliveira Gomes1Jean Mac Cole Tavares SANTOS2Emerson Augusto de MEDEIROS 3.RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1647-1661, Jun. 2021.e-ISSN: 1982-5587DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v16iesp.3.15303> acesso: mar/2022.

Programa Nacional de Tecnologia Educação-PROINFO: pensar a política educacional para além da implementação na escola pública.

Roberta Mirnas de Oliveira Gomes1Jean Mac Cole Tavares SANTOS2Emerson Augusto de MEDEIROS 3. RIAEE- Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1647-1661,Jun. 2021. E-ISSN: 1982-5587DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v16iesp.3.15303> acesso: mar/2022.

Análise sobre o ProInfo a partir de uma perspectiva bibliográfica Francisco de Assis Lima Carvalho (1) e Ana Patrícia Lima Sampaio (2) Data de submissão: 12/04/2019. Data de aprovação: 23/08/2019 – Revista Sítio Novo- Instituto Federal Tocantins. Acesso: mar/2022.

Análise sobre o ProInfo a partir de uma perspectiva bibliográfica Francisco de Assis Lima Carvalho (1) e Ana Patrícia Lima Sampaio (2) Data de submissão: 12/04/2019. Data de aprovação: 23/08/2019 – Revista Sítio Novo- Instituto Federal Tocantins. Acesso: mar/2022.

ANEXOS:

ANEXO 1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

GABINETE DO MINISTRO

Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, no uso de suas atribuições legais, resolve

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo, com a finalidade de disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal.

Parágrafo único. As ações do ProInfo serão desenvolvidas sob responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância deste Ministério, em articulação com as secretarias de educação do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

Art. 2º Os dados estatísticos necessários para planejamento e alocação de recursos do ProInfo, inclusive as estimativas de matrículas, terão como base o censo escolar realizado anualmente pelo Ministério da Educação e do Desporto e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 3º O Secretário de Educação a Distância expedirá normas e diretrizes, fixará critérios e operacionalização e adotará as demais providências necessárias à execução do programa de que trata esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

ANEXO 2

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 6.300, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007.

Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo, executado no âmbito do Ministério da Educação, promoverá o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

Parágrafo único. São objetivos do ProInfo:

I - promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;

II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;

III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;

IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;

V - contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e

VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais.

Art. 2º O ProInfo cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante adesão.

Art. 3º O Ministério da Educação é responsável por:

I - implantar ambientes tecnológicos equipados com computadores e recursos digitais nas escolas beneficiadas;

II - promover, em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios, programa de capacitação para os agentes educacionais envolvidos e de conexão dos ambientes tecnológicos à rede mundial de computadores; e

III - disponibilizar conteúdos educacionais, soluções e sistemas de informações.

Art. 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que aderirem ao ProInfo são responsáveis por:

I - prover a infra-estrutura necessária para o adequado funcionamento dos ambientes tecnológicos do Programa;

II - viabilizar e incentivar a capacitação de professores e outros agentes educacionais para utilização pedagógica das tecnologias da informação e comunicação;

III - assegurar recursos humanos e condições necessárias ao trabalho de equipes de apoio para o desenvolvimento e acompanhamento das ações de capacitação nas escolas;

IV - assegurar suporte técnico e manutenção dos equipamentos do ambiente tecnológico do Programa, findo o prazo de garantia da empresa fornecedora contratada.

Parágrafo único. As redes de ensino deverão contemplar o uso das tecnologias de informação e comunicação nos projetos político-pedagógico das escolas beneficiadas para participarem do ProInfo.

Art. 5º As despesas do ProInfo correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a seleção de cursos e programas com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 6º O Ministério da Educação coordenará a implantação dos ambientes tecnológicos, acompanhará e avaliará o ProInfo.

Art. 7º Ato do Ministro de Estado da Educação fixará as regras operacionais e adotará as demais providências necessárias à execução do ProInfo.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad